

ARTIGO

A presença dos médicos no Vale do Paraíba fluminense do século XIX: personagens e espaço de análise

The presence of physicians in the 19th century Paraíba Fluminense Valley: characters and analysis environment

Anne Thereza de Almeida Proença | Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

proenca.anne@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9629-9419>

RESUMO O presente artigo tem o objetivo de apresentar uma análise preliminar das trajetórias de médicos listados no *Almanak Laemmert*, que atuaram no Vale do Paraíba fluminense da segunda metade do século XIX. Destacaremos como é possível compreender o crescimento dos municípios, acompanhando o ritmo e a direção da expansão da produção cafeeira, identificando as características de uma sociedade em transformação. O grupo médico será aqui apresentado tanto como personagem quanto como espaço de análise, que nos revela as formas de organização da assistência à saúde no interior da província do Rio de Janeiro e as estruturas sociais existentes na região.

Palavras-chave médicos – Vale do Paraíba fluminense – século XIX.

ABSTRACT *This article aims to present a preliminary analysis of the trajectories of physicians listed in Almanak Laemmert, who worked at Paraíba Fluminense Valley during the second half of the 19th century. It will be emphasized how it is possible to understand the growth rate of municipalities, oriented by the intensity and direction of coffee production expansion, identifying the aspects of a society in transformation. The medical group will be presented as a character and as a place-based of analysis revealing the different types of health care organization and the social existing structures in the countryside of the Province of Rio de Janeiro.*

Keywords *physicians – Paraíba Fluminense Valley – 19th century.*

O chamado Vale do Paraíba teve o café como grande elemento propulsor de sua transformação ao longo do século XIX por ser esse o principal produto de exportação do Império brasileiro à época. A região passou a ganhar novos contornos com o crescente número de grandes propriedades voltadas para atender as demandas do mercado internacional, principalmente a partir da década de 1840. Esta zona cafeeira compreendia a região de Taubaté, na província de São Paulo, a São Fidélis, na província do Rio de Janeiro, prolongando-se para a Zona da Mata mineira. Neste artigo, porém, focaremos no interior fluminense, analisando os seguintes municípios: Barra Mansa, Cantagalo, Paraíba do Sul, Piraí, Resende, Rio Claro, São Fidélis, São João do Príncipe, Valença e Vassouras; e seus desdobramentos ao longo do recorte temporal definido: Carmo, Santa Maria Madalena, Sapucaia e as freguesias de Santo Antônio do Paquequer (Magé) e de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer (Nova Friburgo).

A lavoura cafeeira “gerou uma nova aristocracia, os barões do café do Vale do Paraíba” (Stein, 1961, p. X). Os municípios e suas freguesias cresceram e foram remodelados a partir do enriquecimento da região, refletindo o poderio econômico de sua elite local. Todo este contexto passou a atrair o interesse de diversos profissionais liberais pela interiorização, tal como os médicos (Mattos, 1987).

Os clínicos oitocentistas constituíam um grupo profissional composto por homens livres, oriundos de classes abastadas, que tinham concluído seus estudos nas escolas de medicina do Brasil, com destaque para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ou da Europa, quando sua condição social e financeira assim permitia. Acompanhando as constantes transformações da sociedade e influenciados pelo contexto em que estavam inseridos, a busca por oportunidades e a construção de fortes redes de contato estimulavam estes médicos a atuarem em mais de uma cidade, muitas vezes de forma simultânea, assim como em diferentes espaços: hospitais mantidos por irmandades ou aqueles instalados nos complexos cafeeiros, consultórios, farmácias e atendimentos em domicílio.

Para o desenvolvimento deste artigo, destacaremos dois espaços sociais que contaram com a presença dos médicos em locais de liderança e estão diretamente ligados ao entendimento da sociedade oitocentista, dentro e fora do Vale, através dos quais podemos observá-los tanto como profissionais quanto como agentes sociais.

Esses homens não só atendiam às necessidades médicas da comunidade e preenchiam os postos da burocracia administrativa, como também constituíram o corpo de professores, de publicistas e editores dos efêmeros jornais locais que publicavam histórias e comentários da vida local, e relatórios sobre a política nacional (Stein, 1961, p. 150).

O primeiro deles terá como foco a presença dos médicos na organização e fiscalização da instrução, cujo discurso higienista de filiação francesa foi utilizado como base para atender o interesse imperial da formação de uma nação civilizada, que teria nas escolas a garantia de uma educação adequada do corpo e da mente. Com isso, a medicina ganhava mais um local de atuação, através do qual também buscava afirmar suas concepções sobre saúde e doença frente a outras práticas e pensamentos populares, seguindo o objetivo acadêmico-científico de alcançar o monopólio das artes de curar. Este posicionamento do grupo profissional acabava refletido nas ações dos médicos no Vale do Paraíba fluminense.

Já no segundo caso apresentaremos as publicações impressas como mais uma ferramenta utilizada pelos médicos para que seu discurso alcançasse cada vez mais pessoas. Os jornais

traziam em suas páginas uma série de pensamentos diversos, cada qual com o objetivo de ser socialmente aceito por uma população cada vez mais curiosa com questões de saúde, política, economia e cultura da época. Além dos periódicos, nos quais os médicos estavam tanto nos bastidores das edições quanto utilizando seu espaço para produzir artigos e/ou publicar suas propagandas, destacaremos também a produção de manuais, principalmente aqueles voltados para os fazendeiros. Consideramos que os proprietários realmente buscaram colocar em prática as recomendações contidas nestes trabalhos, sendo a principal delas a de construir um hospital destinado ao tratamento dos escravizados em suas propriedades, que seria mais um local de atuação e presença do médico, expandindo seus modos de assistência à saúde ao alcançar as freguesias mais afastadas da sede do município.

Ao aprofundar o olhar sobre os espaços ocupados pelos médicos e sua crescente presença no interior da província fluminense, conseguimos construir também um panorama sobre a formação social do local. Até a chegada e expansão do café pela região, as futuras cidades eram pequenos povoados encobertos por densas florestas. Foi este produto agrícola o principal motor de desenvolvimento local e de remodelação da região, como dissemos anteriormente. A construção das redes de contato e dos espaços de sociabilidade nestas cidades foi direcionada principalmente pela elite enriquecida pela exportação do café, a partir das noções de civilidade e dos novos hábitos que absorviam dos grandes centros, nacionais ou europeus, sendo um deles o tratamento médico.

Assim, ao mesmo tempo em que estes médicos eram personagens do Vale oitocentista, que buscavam construir ambientes favoráveis ao seu discurso e aos seus métodos de atuação, a partir da análise sobre as suas trajetórias também encontramos neste grupo um campo de observação histórica, que nos revela bem mais do que as questões que envolviam a assistência à saúde no interior, toda uma dinâmica social a qual eles tinham que se adequar para conseguirem êxito em suas iniciativas.

Os médicos e as dinâmicas sociais construídas no Vale do Paraíba fluminense

Apenas avistava o médico, desce a escada o dono da casa e vai recebê-lo no terreiro. Aparece pouco depois a bandeja de café com biscoitos, em seguida a senhora e os filhos. O médico é o centro de todas as atenções.

A citação acima, retirada do livro de Eloy de Andrade (1989, p. 231) que reúne as memórias do seu pai, médico na região do Vale do Paraíba fluminense, revela que estes profissionais passaram a ocupar uma posição de destaque naquela sociedade, cujo núcleo era a elite agrária enriquecida pelo café. Porém, sua presença nos municípios e todo reconhecimento dado aos clínicos não era algo natural e esperado, como podemos imaginar a partir da sociedade atual. Possuir um diploma acadêmico, ser um *doutor*, por mais que os colocasse em um patamar elevado na hierarquia social do interior fluminense, não era garantia de que estes médicos alcançariam suas expectativas de reconhecimento profissional e pessoal.

As estratégias desenvolvidas com este objetivo eram moldadas pelas relações construídas com os demais atores sociais, principalmente com os grandes proprietários de terras e

de escravizados. A partir do ritmo destas relações, que não eram estáticas, e das escolhas de atuação que se mostraram bem-sucedidas realizadas pelos médicos, é possível compreender as dinâmicas sociais presentes naquela região, que se transformava para se adequar ao novo patamar que passou a ocupar no Império brasileiro e no mercado internacional, a partir da expansão e exportação do café.

A região, antes isolada serra acima, buscava se aproximar do litoral considerado civilizado. As fazendas, mais do que unidades produtoras de café, tornaram-se núcleos a partir dos quais se irradiavam estas noções de civilidade que seguiam “a direção moral e intelectual que emanava do Estado” (Salles, 2008, p. 53). E, neste sentido, os médicos chegavam ao interior fluminense como uma ferramenta dos interesses deste Estado, levando consigo também o objetivo compartilhado por seu grupo profissional de colocar a medicina como referência entre as possibilidades de práticas de cura.

Através da análise feita das informações trazidas pelo *Almanak Laemmert*, destacamos que, na década de 1860, os médicos percorreram as maiores distâncias em seus deslocamentos, rumando para o norte da província, acompanhando a direção e a expansão da zona cafeeira para os sertões do Macacu, cujo núcleo era o município de Cantagalo. Comparando com os deslocamentos da década anterior, indicamos que nos anos de 1850 o movimento era realizado do norte para o sul. Já na década de 1870, seguimos observando esta circulação, porém com uma maior mobilidade entre as freguesias dos municípios do denominado Médio Vale do Paraíba, sendo Vassouras uma das principais cidades, e uma desconcentração dos médicos na parte norte da província. Já em 1880, observamos um deslocamento entre localidades mais próximas e com um equilíbrio entre as antigas e as mais novas zonas de produção de café à época. As melhorias realizadas nos caminhos, a infraestrutura que as cidades passaram a apresentar, o surgimento das estradas de ferro, a expansão do café e, com ele, da economia local, impulsionaram ainda mais a chegada e mobilidade de novos profissionais e o aumento populacional (Mattos, 1987).

Como apresentaremos a seguir, seus papéis profissional e social irão caminhar juntos para construir as bases desta nova nação idealizada. Recorrer a um médico formado passa a integrar a lista dos hábitos considerados civilizados. Porém, mesmo que estes profissionais optassem por atuar no interior como uma forma de fugir da forte concorrência entre pares da Corte e de outros grandes centros, deparavam-se com um ambiente cuja população estava acostumada a recorrer às formas de assistência populares, além de existirem demandas de saúde próprias e recursos escassos, se comparados aos locais onde concluíram seus estudos. Curandeiros, rezadeiras e outros praticantes das artes de curar possuíam prestígio na sociedade do interior, mesmo que fossem constantemente desqualificados e perseguidos pelos representantes das instituições médicas. Portanto, cabe aqui refutar a ideia de que as pessoas buscavam formas não científicas de cura apenas pela possível falta de médicos em seus municípios. A escolha do tratamento estava relacionada às concepções de saúde e de doença do próprio enfermo e às possibilidades financeiras de arcar com um determinado tipo de tratamento.

Os altos vencimentos cobrados pelos médicos, em casos de atendimento particular, eram mais um elemento que selecionava quem de fato poderia arcar com os custos de ter um clínico à disposição. Ao comparar a crescente presença dos médicos no Vale do Paraíba fluminense da segunda metade do século XIX, atraídos pelo enriquecimento da região, com o ritmo e direção da produção cafeeira, podemos considerar que tenham relação justamente por esta busca pelo grupo de pacientes que melhor aceitaria e seguiria seu discurso acadêmico, e que teria

condições de pagar os honorários médicos cobrados à época: a elite cafeicultora. Aproximar-se desta aristocracia rural, portanto, seria uma das estratégias mais comuns a estes homens, como um caminho seguro para conseguirem se destacar naquela sociedade.

Para isso, os médicos procuravam se adequar ao nível social e atender aos interesses destes grandes proprietários. Dentro das dinâmicas sociais ali presentes, estes homens foram moldando estratégias possíveis para se aproximar destas famílias, tal como a produção de manuais e publicações, da qual falaremos a seguir, na tentativa de construir ambientes favoráveis para introduzir seu discurso, formar campos de atuação e, assim, alcançar suas expectativas profissionais e pessoais. Caso suas iniciativas obtivessem sucesso, receberiam mais do que um capital financeiro por seus serviços, mas também o capital social absorvido das famílias mais influentes na região.

Como dissemos, os médicos poderiam chegar ao interior da província do Rio de Janeiro por iniciativa própria, fugindo da grande concorrência dos grandes centros, mas também por contratos públicos, com as Câmaras Municipais, ou privados, com os próprios fazendeiros, inclusive para trabalharem nos hospitais instalados nos grandes complexos cafeeiros e voltados principalmente para a assistência aos escravizados. Em ambos os casos, eram denominados de *médicos de partido*. Poderiam inicialmente estabelecer-se em fazendas e depois consolidar sua atuação por meio da abertura de consultórios ou clínicas próprias.

Fora dos limites da fazenda, o capital social destes fazendeiros fazia com que estes médicos tivessem cada vez mais credibilidade com a população da região e conseguissem segurança para atuar de forma autônoma, em seus consultórios particulares e/ou atendendo em domicílio. Porém, ainda que possuíssem o respaldo de uma importante família, os médicos viviam entre o reconhecimento e a possibilidade de encerrar sua carreira na região onde atuavam, caso algum tratamento, desenvolvido através dos métodos que afirmavam ser os mais corretos, não obtivesse o resultado esperado.

Como clínicos particulares, devemos levar em consideração que consultas poderiam variar entre períodos de escassez e de grande procura, tal como épocas de epidemias. Os médicos, portanto, mesmo trabalhando junto aos grandes proprietários, seguiam atuando em várias modalidades de atendimento e não preteriam uma relação à outra. O mais comum era que ocupassem mais de um espaço profissional. Além disso, cabe ressaltar o quanto o capital social obtido com a atuação em uma instituição importante, como eram os hospitais de caridade ligados às irmandades, principalmente as santas casas de misericórdia, alcançando até mesmo o posto de chefia, também era decisivo para os médicos na condução de suas trajetórias, já que havia “a possibilidade de, ao ocupar um cargo como este, tornar-se conhecido e movimentar o consultório particular” (Figueiredo, 2002, p. 200). Quando conquistavam este almejado reconhecimento social e já estavam economicamente estáveis em seus municípios, os médicos passaram até a integrar a lista de bons pretendentes para os casamentos com as herdeiras dos mais influentes cafeicultores à época.

A presença do médico ganhava, assim, cada vez mais espaço na aristocracia rural e se fortalecia, tornando-o “semelhante, quase íntimo” (Corbin, 2009, p. 553) destas famílias. E, nestas situações, despertava o interesse nestes homens para outra atividade muito característica do Vale: tornar-se dono de uma fazenda produtora, seja por recursos próprios ou pelo recebimento de dotes e/ou heranças, através destes matrimônios. Em muitos casos, foi comum às trajetórias analisadas que o médico, ao tornar-se fazendeiro, deixasse suas

atividades profissionais para dedicar-se a administração de sua nova próspera propriedade. A realidade compartilhada no Vale do Paraíba, no qual o café era a chave para um possível enriquecimento rápido, provavelmente fez com que os médicos incorporassem mais esta expectativa pessoal a ser alcançada.

Em sua bagagem, os médicos levavam conhecimentos teóricos que precisaram ser adaptados aos recursos e demandas do interior fluminense, ao mesmo tempo em que buscavam conquistar uma clientela, principalmente entre a elite. A medicina, tendo estes homens como seus representantes, tinha o objetivo de monopolizar estas práticas de curar, desqualificando e perseguindo seus concorrentes, como dissemos anteriormente. Objetivo este que demorou a ser atingido.

Os médicos observavam os recursos naturais disponíveis na região, seus usos e efeitos mais comuns. Com isso, produziam manuais e outros tipos de publicações voltados para seus pares e para pessoas curiosas com as questões de saúde e de doença, que acabavam por revelar muito mais do que a assistência à saúde disponível na localidade onde atuavam (Sheridan, 1985). Assim como a população deveria absorver o costume de recorrer aos médicos, estes deveriam aproximar seus métodos do que era mais utilizado, aceito e disponível em cada localidade. Consideramos, por isso, que o olhar dos médicos era mais amplo do que seu conhecimento científico, já que tiveram que adaptá-lo aos interesses internos e externos e se integrar às características sociais singulares do Vale do Paraíba fluminense.

Voltando àquela citação retirada do livro do memorialista Eloy de Andrade (1989), consideramos o modo que a população passou a olhar estes médicos como uma resposta ao caminho percorrido por eles e por suas iniciativas, fossem elas bem-sucedidas ou não. Além disso, os médicos passaram a se colocar como aqueles que verdadeiramente afastariam os obstáculos das doenças do caminho do desenvolvimento de uma nação civilizada. Quanto mais a sociedade se mostrava interessada em seus métodos de intervenção, mais abriam espaços para que suas ideias florescessem e fossem seguidas, principalmente pelas autoridades.

A partir da crescente presença dos médicos no Vale do Paraíba fluminense na segunda metade do século XIX, seu discurso foi sendo cada vez mais absorvido e ressignificado pela população, de acordo com suas vivências pessoais e de grupo. E isso fez com que as relações, primeiramente profissionais, fossem aprofundadas, mesclando-se ao interesse comum de aproximar os costumes da região com aqueles dos grandes centros brasileiros e europeus. Através destas relações, passaremos a compreender estes médicos não apenas como profissionais, mas como agentes sociais que se adaptaram às dinâmicas sociais instituídas neste Vale do Paraíba cafeeiro e, com isso, construíram suas redes de contatos e inseriram-se em espaços sociais característicos desta localidade.

Assim, o contexto e a sociabilidade aos quais este grupo profissional pertencia moldavam e eram moldados pelas estratégias, e suas consequências negativas ou positivas, escolhidas por estes médicos para conquistarem seus espaços profissionais e, com isso, se destacarem também como agentes sociais no interior da província do Rio de Janeiro. Destacaremos, neste artigo, duas das mais importantes formas de enraizamento destes clínicos na região, que se complementam, nas quais sua atuação profissional e seu papel social se confundiam em busca da construção de uma nação civilizada, seguindo um movimento que vinha do Estado, como destacamos anteriormente. E através deste olhar, ainda é possível acompanhar o crescimento dos municípios analisados, identificando as dinâmicas de uma sociedade em transformação.

Este artigo é fruto de uma análise preliminar sobre as trajetórias de médicos atuantes na região à época, que teve como base as informações trazidas pelo *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, também denominado de *Almanak Laemmert*, de 1844 a 1885, em exemplares disponíveis na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Rodrigo Dantas (2017) cita a importância do *Almanak Laemmert* no mercado editorial carioca, num período de grande sucesso da cultura dos almanaques, tanto no Brasil quanto na Europa. Além de ser um instrumento de divulgação de serviços, “sua ampla circulação e preço acessível, serviram para que o Almanaque fosse um dos principais instrumentos de popularização de informações e serviços na cidade” (Dantas, 2017, p. 60) e em toda província fluminense.

Apesar da existência de propagandas publicadas pelos clínicos neste almanaque, nos guiamos apenas pelas informações que eram enviadas pelos municípios determinados por nosso recorte espacial para a seção “Província do Rio de Janeiro”. Portanto, podemos considerar que os médicos ali indicados possuíam uma posição de destaque tanto na sua profissão quanto socialmente. Da mesma forma levantamos a possibilidade da existência de mais profissionais na região além dos 566 nomes listados nas décadas analisadas no *Almanak Laemmert*.

Colhemos os nomes dos homens indicados como médicos nas cidades que compõe a bacia do rio Paraíba do Sul no interior da província do Rio de Janeiro e que possuíam características cafeicultoras, tal como detalhamos na introdução deste artigo. A partir dos nomes indicados, observamos as demais atividades que estes profissionais exerciam na localidade, e que também foram citadas no *Almanak Laemmert*, procurando identificar quando eles deixam de ser apenas prestadores de serviços pontuais e passavam a estar integrados às dinâmicas locais ao ocupar importantes espaços de sociabilidade.

Consideramos que, para alcançar estes espaços, os clínicos construíram fortes e abrangentes redes de relações com diferentes setores presentes naquela sociedade. Relações estas que, possivelmente, foram iniciadas a partir de seu trabalho como médico na região e que se tornam o ponto-chave para entender tanto a presença deles como um grupo profissional de objetivos comuns quanto o direcionamento de cada trajetória, cujas estratégias estavam diretamente relacionadas com os ritmos ditados por estas redes.

O discurso médico na base da formação de uma nação civilizada

Além das próprias expectativas individuais, atreladas ao desenrolar de cada trajetória, os médicos também estavam inseridos em um projeto maior, referente às expectativas do seu grupo profissional na sociedade oitocentista. Inseridos num contexto de disputa pelo monopólio das artes de curar, como dissemos anteriormente, a medicina colocou-se, principalmente para as autoridades locais e nacionais, como aquela que traria as soluções mais eficazes para amenizar as consequências nocivas do clima tropical, que seria um dos principais obstáculos para que o país alcançasse o tão desejado patamar civilizatório.

Para tal, seria necessário realizar uma adaptação do conhecimento médico europeu, absorvido durante a formação acadêmica, às condições naturais encontradas em nosso território (Edler, 2002). Observa-se, então, um esforço por parte das principais instituições de saúde brasileiras (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Academia Imperial de Medicina e a Escola de Medicina

da Bahia) em produzir conhecimentos científicos sobre as doenças que mais acometiam a população, mas sem uma ruptura total com a teoria científica europeia. Assim, novos métodos de pesquisa e organização aos resultados foram desenvolvidos diante das doenças tropicais que começavam a ser interpretadas (Edler, 2002).

Ao atuarem no interior fluminense, os médicos foram ferramentas essenciais deste movimento de preencher as lacunas do conhecimento científico sobre as doenças mais comuns no território brasileiro mais afastado dos grandes centros. E, em meio a este grande movimento profissional observado em todo Império brasileiro, no qual os interesses médico-científicos e da formação de uma nação civilizada caminhavam juntos, acontece também uma inserção destes clínicos na educação, nos municípios em que residem, no Vale do Paraíba fluminense.

Simultaneamente à sua atuação junto aos enfermos da região, cerca de 12% dos médicos indicados pelos *Almanak Laemmert* estavam relacionados ao projeto de educação nos municípios, como é o caso dos médicos Alberto Leite Ribeiro e Lucindo Pereira dos Passos Filho. Segundo esta mesma fonte, além de clinicarem na Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, de ocuparem cargos de delegado e de juiz municipal e de órfãos, ao longo das décadas de 1870 e 1880 ocuparam também cadeiras no Colégio Vassourense e, segundo publicações d'O *Vassourense*, no Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, instituições das quais falaremos mais à frente. Além das escolas, encontramos indicações de médicos também presentes em cargos na inspetoria e superintendência da instrução pública, determinando orientações e realizando vistorias para garantir o bom funcionamento destes estabelecimentos, dentro dos preceitos higiênicos recomendados na época. E os dois municípios em que mais aconteceram estes casos foram Cantagalo (cerca de 16% dos médicos) e Vassouras (aproximadamente 19%), municípios de referência na história do Vale cafeeiro.

Em Vassouras, era comum o envio dos herdeiros dos influentes cafeicultores o quanto antes para colégios particulares, mesmo que já tivessem começado seu aprendizado em casa, com professores particulares ou preceptores, em meio a presença dos escravizados e seus filhos. O colégio passa a ser um espaço de sociabilidade entre as famílias abastadas, que proporcionava um controle sobre a rotina escolar dos filhos e que passa a hierarquizar as crianças, que antes conviviam sem diferenciações raciais e sociais. A escola, portanto, entra nas dinâmicas sociais como o local em que esta nova geração vai ser moldada e, por isso, precisa estar de acordo com as noções de civilidade de interesse do Estado (Lote, 2013). Um dos elementos que estaria de acordo com estas noções e garantiria o bom funcionamento dos colégios eram as condições de higiene do seu espaço, o que também justifica o aumento da presença médica na área da educação, principalmente a partir da década de 1860, de acordo com a análise feita a partir dos exemplares do *Almanak Laemmert*.

Conhecido como Reforma Couto Ferraz, o Decreto n. 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854, definiu as diretrizes da Inspetoria Geral de Instrução *Primária e Secundária*, que tinha como função vistoriar o ensino primário e secundário no município da Corte (Brasil, 1854). O Inspetor Geral, que não poderia estar ligado a nenhuma instituição, coordenaria também os mapas a serem enviados pelos presidentes de província para acompanhar o progresso do ensino em cada uma delas, a partir de um comparativo com a Corte. Segundo as informações trazidas pelo *Almanak Laemmert*, os médicos ocupavam os cargos de inspetor de distrito ou inspetor paroquial, possivelmente representantes do inspetor-geral em seus municípios, nos quais deveriam reunir as informações para a construção dos mapas solicitados. E, com isso, conduziam

também as diretrizes educacionais adotadas na Corte para serem incorporadas pelas escolas públicas e privadas do Vale.

O projeto que levou a promulgação deste decreto “visava a educação e a cultura de toda a sociedade, com exceção dos escravos, e também a formação de uma mão de obra alternativa, já que o fim da escravidão estava sendo previsto desde a abolição do tráfico, em 1850” (Gabler, 2016, s.p.). Como foi dito, cada instituição definia suas diretrizes a partir dos seus alunos e alunas. Assim, podemos entender que a educação mais erudita e cultural estava direcionada aos alunos oriundos das classes mais abastadas, como os herdeiros das famílias cafeicultoras. Para aqueles dos demais grupos sociais, a escola tinha o objetivo de ensinar uma profissão. E, no caso das meninas, quando frequentavam estes espaços, a educação estava destinada à formação da boa mãe e dona de casa.

Utilizaremos as informações trazidas pelas propagandas dos mencionados Colégio Vassourense, de meninos, e do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, de meninas, para uma breve ilustração das diferenças entre os ensinamentos proporcionados por eles. O Colégio Vassourense desenvolvia o ensinamento primário e secundário voltado para os exames preparatórios das academias do Império. Segundo o *Almanak Laemmert* de 1866, lá lecionavam-se primeiras letras, latim, francês, inglês, música e as demais matérias cobradas nestes exames. Já o curso do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio compreendia as disciplinas “leitura, sistema métrico, aritmética, doutrina cristã, caligrafia, trabalhos de agulha, flores e bordados, português, francês, piano e canto, geografia, inglês e italiano”, onde também se observava “a mais rigorosa higiene” (Collegio N. S. do Patrocínio, 1882, p. 4).

Observamos, portanto, que os meninos eram preparados para o futuro acadêmico, que os tornaria bacharéis, quando a condição financeira da família assim permitia. Já o papel social reservado à mulher livre e enriquecida, no século XIX, era limitado ao lar. Sua função principal eram os cuidados com a casa e com sua família. Inicialmente, os ensinamentos eram transmitidos por suas mães e se limitavam a costurar, bordar, cozinhar e saber as tarefas domésticas para ter o controle sobre as empregadas da casa e não envolviam nem mesmo a alfabetização. Na segunda metade deste século, seguindo as mencionadas noções de civilidade que chegavam ao interior, “torna-se mais comum os fazendeiros abastados permitirem às suas filhas ler, escrever, tocar piano e falar francês” (Stein, 1961, p. 183), como observamos nas matérias oferecidas pelo Colégio Nossa Senhora do Patrocínio. Em 1873, o professor Alberto Brandão, cidadão vassourense, escreveu uma crítica sobre este assunto: “uma mulher no Brasil é ainda a imagem do que costumava ser; ela ainda traz nos pulsos as marcas das correntes; ela ainda não ocupou o lugar que lhe pertence de direito como um poderoso agente social de progresso” (O Município, 1873, p. 2). Assim, percebe-se que a escola no século XIX, delimitava espaços entre meninos e meninas, hierarquizando os sujeitos e colocando o homem em evidência em relação à mulher (Lote, 2013, p. 75).

A educação física, intelectual, moral, sanitária e religiosa constituía a base a partir da qual se construiria a civilidade necessária para o processo de formação da nação brasileira. E os médicos encontravam nestes espaços mais uma chance de introduzir o discurso proveniente das principais instituições científicas do país e de filiação europeia. Objetivo este alcançado com sucesso, já que o discurso higienista passou a conduzir os debates sobre educação no país, como veremos a seguir. Destacar as condições de higiene do espaço do colégio, assim como do município onde estava instalado, passou a ser também um elemento utilizado nas

propagandas, como podemos observar nesta publicação sobre a abertura do Colégio Brandão, em Vassouras, onde o médico Lucindo Filho também lecionava:

O pai de família deve principalmente atender às condições higiênicas do local dos estabelecimentos de instrução para onde mandarem os seus filhos. A experiência de longos anos tem demonstrado que esta cidade de Vassouras está isenta de moléstias epidêmicas e endêmicas. Felicitamos o município de Vassouras por ter adquirido um estabelecimento de instrução tão importante, como o que foi sob os melhores auspícios inaugurado (Um novo collegio, 1878, p. 1).

Seguindo o desejo de monopólio das artes de curar compartilhado pelos representantes da medicina, a escola também seria um “lugar de cura para uma sociedade descrita sob os marcos da incivilidade, desordem, feitiçaria, curandeirismo, práticas mágicas, curiosidade e desrazão” (Gondra, 2004, p. 83). Ao mesmo tempo em que eram agentes sociais que buscavam se adaptar às dinâmicas instituídas neste Vale, os médicos também realizavam intervenções na vida da sociedade, que se mostrava cada vez mais interessada no discurso proferido por eles.

Além de participarem da organização escolar, estes médicos também ministravam cursos nos quais apresentavam os conceitos da medicina higiênica, adaptando sua linguagem ao público com o qual dialogavam. Esta era uma forma de alcançar até mesmo a população não letrada, utilizando a oralidade como ferramenta de transmissão de conhecimento. Neste caso, os alunos colocariam o efeito multiplicador em prática, através do qual estes ensinamentos chegariam e seriam ressignificados dentro dos seus espaços de convívio. Não seriam apenas agentes passivos destas informações, mas aqueles que auxiliariam na difusão dos preceitos higienistas (Freire e Carula, 2017).

Assim, a partir do que era ensinado nas escolas, as novas gerações conseqüentemente adequariam seus hábitos e os de sua família àqueles considerados civilizados, o que contribuiria para afastá-las de tudo aquilo que poderia ser um obstáculo ao seu desenvolvimento saudável e ideal. E, tal como observamos na citação anterior, o espaço do colégio deveria ser o primeiro a corresponder a estas expectativas higiênicas.

Instituindo-se em autoridade da ciência e da moral, o médico torna-se artífice de uma cruzada em favor da moralização dos colégios e da regeneração da infância e juventude que os frequentavam, cabendo enfatizar que esse projeto visava, no limite, à constituição de uma sociedade moralizada (Rocha, 2006).

A higiene, o principal ramo da ciência oitocentista de filiação francesa, teve seu discurso usado como base para a influência médica nas instituições de ensino. Inclusive, em teses apresentadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, os médicos definiram um conjunto de regras e recomendações para o bom funcionamento dos colégios, “de modo a conservar e desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e afetivas ou morais dos alunos” (Gondra, 2004, p. 165).

A chamada “trindade pedagógica”, composta pela denominada educação integral, que na época se referia ao conjunto de ensinamentos físicos, morais e intelectuais, era amparada e legitimada pelo discurso médico (Gondra, 2004, p. 248). Porém, antes mesmo de apresentar os hábitos que deveriam ser disseminados entre aqueles que conviveriam nas instituições de ensino, em relação a vestimentas, alimentação, educação dos sentidos, exercícios físicos, princípios morais

e disciplinares, a influência inicial exercida pelo discurso médico envolvia a escolha pelo local destes estabelecimentos. A maior preocupação, neste caso, era afastar os colégios de qualquer foco de doenças, de acordo com o discurso higienista predominante, aceito entre os médicos e mais disseminado socialmente à época (Gondra, 2004).

Para isso, o local deveria reunir todas as características de um ambiente considerado salubre, afastados dos grandes centros populosos, em busca dos “bons ares” não corrompidos pelos *miasmas*, indicados como causadores das mais recorrentes enfermidades na sociedade oitocentista, segundo a teoria infeccionista. Muitas famílias, então, passaram a ter o costume de enviar seus filhos para internatos no interior fluminense. Porém, o interesse em mandar os filhos para regiões afastadas não estava relacionado somente às questões de saúde, já que “proteger-se das febres e das doenças oculta uma outra proteção que tal medida representava: a proteção contra o mundo das ruas, dos vícios e paixões que a vida da rua poderia despertar” (Gondra, 2004, p. 167).

Partindo deste movimento, observamos que várias escolas do Vale do Paraíba fluminense contavam com alunos das mais diversas origens, tal como apresenta a publicação d’ *O Município* (11 maio 1878, p. 1) sobre o Colégio Brandão:

Em seis meses de vida, este estabelecimento conta já com grande número de alunos, em sua maioria vindos de municípios estranhos, como São Fidélis, Iguaçú, Corte, Niterói, Itaguaí, Paraíba do Sul, Valença, Sapucaia, Rio Claro, Barra Mansa, Pirai, contando também filhos das Províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco (Collegio Brandão, 1878, p. 1).

Compartilhando interesses semelhantes, os médicos encontravam mais um ambiente fértil para cultivar suas concepções de saúde e doença junto às famílias mais enriquecidas e novas formas de alcançar as classes mais populares. A educação se revela, assim, mais um caminho para a legitimação do discurso higienista na sociedade, para além dos limites da profissão médica e ainda assim ligado ao desejo deste grupo profissional de alcançar o monopólio das artes de curar. Os médicos passaram a integrar um projeto de interesse nacional, que visava conquistar o patamar de civilidade através do desenvolvimento de uma geração física, moral e intelectualmente forte e que também estava de acordo com o objetivo compartilhado por seu grupo profissional. Mais uma vez, a questão do auxílio mútuo apresenta-se como ponte entre os clínicos e os representantes das autoridades locais e nacionais.

A ciência era compreendida por amplos segmentos da camada dominante como imprescindível para o futuro do país. Por meio dela seriam atingidos os almejados progresso e civilização. Assim, a atuação médica estava intimamente relacionada a esses projetos modernizadores da nação (Freire e Carula, 2017, p. 157).

De acordo com José Gondra (2004), “o Império queria constituir seus súditos, não mais cabendo, portanto, uma educação exclusivamente doméstica, em que as mães cuidavam da formação moral e os pais, da formação intelectual” (p. 249). O aprendizado, que antes era realizado em casa, agora viria da escola, levando para as famílias essa bagagem de informações construída com base no discurso médico e nos interesses do Império sobre o que e como as crianças deveriam aprender, de acordo com sua idade, classe e gênero. A educação,

portanto, passava a ter a função de desenvolver os considerados bons hábitos na época e, em consequência, introduzir os ensinamentos médicos na rotina dos lares de alunos, professores e funcionários (Gondra, 2004).

Para concluir este tópico, escolhemos uma citação retirada de um edital publicado n' *O Vassourense*, no qual o médico Lucindo Filho, que também era redator deste periódico, defende a educação para todos como base de uma nação que deseja ser civilizada (Santos, 2012):

Ampliar a instrução e disseminá-la por todas as camadas sociais foi, é e deve ser sempre o *desideratum* de um povo livre. Apesar de já ter sido dita mais de uma vez e por vários modos, é esta uma verdade que merece ser eternamente proclamada.

Já longe vão as eras em que o saber era monopólio de algumas classes privilegiadas, já vai remoto o tempo em que o espírito humano, sempre ávido do desconhecido, era atrofiado em suas aspirações. Neste século, em que não há mais peias à inteligência, deixar o povo na ignorância, não abrir-lhe as portas das escolas, não facilitar os meios de instruir-se aquele que não tem recursos, se não é um crime, é indigno de uma nação civilizada (Passos Filho, 1882, p. 1).

“Uma sociedade cada vez mais obcecada, fascinada e agitada com o corpo e o destino dos indivíduos” :¹ o crescente espaço da medicina nas tipografias

Na citação anterior observamos que, além da presença física dos médicos na educação, o papel de instrutor e influenciador da opinião pública desta sociedade que buscava alcançar o patamar civilizado era cumprido também por meio de publicações. O que era facilitado caso estes médicos fossem donos dos meios de comunicação, tal como o era Lucindo Filho. Entre as publicações, destacamos os manuais, principalmente aqueles voltados para os proprietários de terras e de escravizados, com o objetivo de ensiná-los a manter a prosperidade de suas fazendas, incluindo as questões de assistência à saúde, de acordo com o pensamento científico saído das academias e instituições de ensino; e os artigos e propagandas publicados nos jornais de grande circulação, no período em que a imprensa também estava em crescimento e se tornando acessível para um número cada vez maior de pessoas letradas.

A imprensa foi instalada no Brasil com a chegada da Corte portuguesa em 1808, quando houve a “necessidade de criação de uma sociedade culta e ilustrada” (Gonçalves, 2016, p. 4). Após a independência do país, em 1822, “a criação e circulação de periódicos começaram a crescer” (Gonçalves, 2016, p. 4). E estas publicações do século XIX, mais do que fontes que relatavam e registravam os acontecimentos da época, também podem ser consideradas agentes históricos deste processo, já que traziam em suas páginas artigos que buscavam moldar a opinião pública de um país em construção.

Voltando à citação que intitula este tópico, este ambiente favorável para consumir o discurso médico através dos jornais fazia parte, justamente, da busca da sociedade, na época, para entender mais sobre as concepções de saúde e doenças que antes se limitavam aos debates

1 Faure (2012, p. 55).

em espaços acadêmicos. Os interesses comerciais e políticos compatíveis com a ciência, que buscava sua institucionalização e afirmação social, construíram um terreno fértil para que os médicos buscassem alcançar a população por meio dos periódicos e, assim, “forjar uma opinião pública a respeito dos problemas de saúde do Brasil” (Ferreira, 2004, p. 94).

Para tal, era necessário ampliar o número de leitores e, dessa forma, alcançar uma legitimação social do seu discurso. Porém, é necessário ressaltar que as publicações que iremos abordar neste tópico eram direcionadas apenas à parcela letrada da sociedade, ou seja, aqueles que tiveram acesso a algum tipo de alfabetização, seja através da educação em casa ou nos colégios, que geralmente compunham as classes mais elevadas, como apresentamos no tópico anterior. Possivelmente, aí também esteja o interesse dos médicos em ampliar o acesso à educação, como defende Lucindo Filho na citação que encerra aquele tópico. Todavia, naquele momento, o público-alvo eram as parcelas intelectualizadas dos centros urbanos e rurais, que também seriam aquelas que teriam condições de contratar os serviços dos médicos e serviam de referência para a população que as orbitava. Mais uma vez, observamos que as trajetórias destes médicos são permeadas por sua proximidade com a elite e o capital social e econômico que envolvia esta relação.

Assim, as publicações acabavam por refletir as relações sociais nas quais estavam inseridas, seja através dos agradecimentos públicos direcionados aos médicos ou em razão do tipo de informações contidas em suas propagandas. É interessante também acompanhar a imprensa como “espaço de produção de concepções de vertentes variadas” (Morel, s.d.) e palco de disputas e negociações entre as diversas possibilidades de pensamento, principalmente em relação à saúde, que coexistiam no século XIX.

Já os manuais, voltados principalmente para os fazendeiros, tinham como um dos objetivos principais educar os proprietários de acordo com os conhecimentos médicos científicos. Através de uma linguagem simples e didática, os sintomas de várias enfermidades recorrentes no meio rural eram descritos, com a intenção de que se construíssem diagnósticos mais precisos possíveis, para que o proprietário iniciasse os primeiros socorros enquanto esperava a chegada do profissional que estaria mais gabaritado para atuar nestas situações. A intenção, com isso, era afastá-los dos conhecimentos e práticas populares de cura, mesmo que fossem utilizados recursos locais, tais como plantas medicinais. Ressalta-se, ainda, que estas publicações eram voltadas, portanto, para aqueles que exerciam uma grande influência nas localidades onde residiam. Convencê-los a seguir as orientações médicas, em detrimento dos saberes populares tão disseminados por este interior, seria uma vitrina deste conhecimento científico para o restante da população (Proença, 2017).

Destacamos aqui o trabalho de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o barão de Paty do Alferes, *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro* ([1847] 1985). Memórias estas que foram escritas para seu filho, Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, que chegava da Europa para assumir a fazenda. Nas duas edições seguintes deste manual, os editores incorporaram as informações que foram solicitadas a Luiz Werneck, já um fazendeiro com experiência, e que enriqueceram a obra deixada por seu pai. Com estes acréscimos, “os editores esperavam que o livro constituísse num verdadeiro guia prático do fazendeiro” (Silva, 1985, p. 15). Entre estas modificações, na terceira edição (1878) é incorporada uma nota de rodapé, na qual são recomendadas duas obras produzidas pelo médico dinamarquês Theodoro Langgaard, *Dicionário de medicina doméstica e popular* (1865) e *Novo formulário médico e farmacêutico*

(1868), afirmando ser indispensável a um bom fazendeiro possuir conhecimentos sobre higiene e práticas de curar.

Assim como o manual produzido pelo barão de Paty de Alferes, o *Manual do agricultor brasileiro*, do francês Carlos Augusto Taunay, tinha o mesmo objetivo de orientar os fazendeiros na gestão de suas propriedades e tornou-se fonte importante para a “compreensão da sociedade escravista brasileira do século XIX” (Marquese, 2001, p. 25) e das relações construídas por ela para manter as dinâmicas políticas, econômicas e sociais. Por mais que não fosse o assunto principal do manual, a preocupação com a higiene dos espaços e com a saúde dos corpos, principalmente dos escravizados, também estava presente em seus capítulos, mostrando a importância deste projeto para a manutenção da ordem e da produtividade naquelas propriedades.

Os grandes fazendeiros apostavam no fornecimento de assistência à saúde como forma de confirmar sua hegemonia dentro de sua rede de interdependências. Possuir enfermarias nas fazendas, por exemplo, tornou-se algo recomendado, principalmente em propriedades que contavam com grande número de escravizados (Andrade, 1989), como podemos observar nessa passagem do *Manual do agricultor brasileiro*:

Toda fazenda bem regrada deve ter uma sala ou local em situação seca e bem arejada para hospital, com camas de tabuado, boas esteiras ou enxergões, lençóis e camisas e tudo que é necessário para a cura dos doentes, e se a situação da fazenda o permitir, deve-se ter um cirurgião de partido (Taunay, 2001, p. 64).

Para auxiliar o tratamento destinado aos escravizados, o médico francês Jean-Baptiste Alban Imbert produziu o *Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros, generalizado às necessidades médicas de todas as classes* (1839). A primeira edição deste manual discorria sobre o tratamento das doenças consideradas como sendo dos cativos, relacionadas às suas condições de vida, à má alimentação e aos chamados maus hábitos; seguido por uma segunda edição, na qual apresenta uma perspectiva das doenças generalizadas entre todas as classes.

Podemos considerar que Imbert elaborou este manual para ser mais uma ferramenta que aproximaria os médicos das famílias dos grandes fazendeiros e para convencê-los da importância de ter estes profissionais em suas propriedades. Interessa-nos também destacar que o autor desta obra foi um dos primeiros estrangeiros a validar seu diploma na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o que também representava o olhar dos médicos estrangeiros sobre esta região e sobre a salubridade dos trabalhadores e daqueles que constituíam a classe dominante de uma das áreas mais ricas do Império naquele período, fazendo uma ponte entre os conhecimentos vindo do exterior e as necessidades do interior fluminense. O manual apresentava a teoria do infeccionismo, ou teoria dos miasmas, a mais aceita entre os médicos na época, e descrevia de forma didática a anatomia humana. Através do autor, a medicina acadêmica mostrava-se preocupada em fornecer a base de ação para aqueles que se encontram afastados dos grandes centros, nos quais a maioria dos médicos se concentrava (Proença, 2017).

Podemos abordar estas produções de duas formas: como aquelas que de certa maneira também incentivaram a instalação dos hospitais nos complexos cafeeiros e como fruto do contato entre diversos conhecimentos, através do qual foram construídas novas formas de tratamento, a partir da combinação entre as demandas mais recorrentes encontradas por estes médicos, os recursos disponíveis, a observação do modo de utilização de elementos nos seus locais

de atuação e os resultados por eles produzidos. Todo esse novo conhecimento adquirido era submetido e ressignificado dentro da teoria científica, base para o desenvolvimento de novos trabalhos e manuais, voltados para seus pares e para a população letrada e curiosa sobre como identificar, prevenir e amenizar os efeitos das moléstias que comumente enfrentava.

Principalmente após a Lei Eusébio de Queiroz (1850), que colocava fim no tráfico internacional de cativos, diminuindo a fácil substituição de mão de obra e aumentando seu preço, a manutenção da saúde dos escravizados se tornou ainda mais foco de preocupação para os fazendeiros. Por isso, para driblar esta nova realidade e prolongar a vida útil dos cativos na lavoura, sem perder os lucros com a exportação do café, os grandes proprietários passaram a colocar em prática a recomendação presente em vários manuais de possuírem hospitais em suas propriedades, como observamos na citação anterior. Consideramos que, para eles, era mais interessante tratar os cativos doentes em suas propriedades, afastando-os assim o menos possível do seu local de trabalho, do que pagar por sua permanência nas casas de caridade, já que nestas instituições o escravizado era considerado público pagante, ou por cada deslocamento e visita de um clínico às suas fazendas (Proença, 2021).

Houve, assim, uma valorização e um aumento do número destes profissionais nas zonas cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense, cuja grande parcela da população era composta por escravizados. Destacamos que profissionais atuavam tanto nestes hospitais particulares quanto nas casas de caridade, ambos mantidos pela elite agrária do local. As visitas dos clínicos aos hospitais das fazendas eram ocasionais, o que possibilitava sua atuação em mais de uma propriedade. Por isso, não eram os únicos profissionais de cura nestas enfermarias rurais. Era comum também a presença de enfermeiros, fossem eles cativos ou libertos, cuja função seria executar as ordens deixadas pelos médicos (Proença, 2021).

Os contratos realizados entre cafeicultores e médicos, diferentemente daqueles públicos com o governo provincial ou Câmara Municipal, eram feitos de forma verbal. Porém, através de recibos encontrados nos inventários dos proprietários, é possível indicar que estes profissionais eram contratados, em sua maioria, pelo período de um ano, sendo o contrato renovado ao final do período. E seus honorários poderiam ser pagos tanto semestralmente quanto anualmente. Trabalhar nestes hospitais particulares expandia a presença dos médicos para as freguesias mais afastadas do município, levando consigo a tentativa de disseminar o pensamento médico-científico e suas formas de tratamento (Proença, 2021).

O hospital era construído de acordo com as demandas e dinâmicas de cada fazenda e com o poder econômico do seu dono. Quanto maior o número de cativos, maior e mais completo era o local de assistência à saúde. As enfermarias também estavam abertas para receber cativos de outras propriedades, sendo elas de mesmo dono ou não. Consideramos que estes hospitais particulares funcionaram em um sistema paralelo de assistência aos hospitais vinculados às irmandades, presentes nas freguesias sede dos municípios e voltados para o público atendido pela caridade. Segundo Eloy de Andrade (1989), a manutenção dos hospitais nos complexos cafeeiros voltados para a assistência à saúde dos cativos conservou-se até abolição da escravidão, em 1888 (Proença, 2021).

Sem condições de pagar por seus tratamentos, o mais comum era que ex-escravizados se dirigissem às casas de caridade, quando buscavam o tratamento médico. Na condição de libertos, passaram a pertencer ao grupo assistido pela caridade, sendo atendidos de forma gratuita nestas instituições e, provavelmente, pelos mesmos médicos que os atendiam nas fazendas.

Isto provocou uma mudança no perfil dos atendimentos realizados por estas santas casas no Vale do Paraíba fluminense, que passaram a receber cada vez mais antigos cativos, muitos em idade já avançada, vindos das mega e grandes propriedades cafeicultoras (Proença, 2021).

Este crescimento do número de médicos na região do Vale do Paraíba também pode ser acompanhado através do aumento de propagandas e publicações nos jornais de grande circulação local e provincial referentes à sua atuação nas cidades. Entre elas, observamos clínicos que se colocavam diretamente à disposição para o trabalho com a população em geral ou especificamente com fazendeiros; ou até mesmo aqueles já trabalhavam em propriedades, sejam próprias ou como *médico de partido*, ou seja, médicos já contratados pelos proprietários. Outros, assim como era comum nos manuais, usavam o espaço da imprensa para ensinar a identificar as enfermidades, recomendar formas de preveni-las ou tratá-las e, até mesmo, desqualificar as demais práticas não científicas. A imprensa, como dissemos anteriormente, era palco de disputas de conhecimento e reflexo das relações sociais. Portanto, ao mesmo tempo em que se tornou um registro daquela sociedade, também pode ser considerada um agente histórico dela. E assim podemos também interpretar a participação dos médicos nestes veículos de comunicação: poderiam estar tanto nos bastidores da elaboração dos jornais quanto em destaque em suas páginas.

Voltando nosso olhar para o município de Vassouras, podemos destacar duas publicações de médicos sobre momentos epidêmicos marcantes da cidade na segunda metade do século XIX. A primeira delas, referente à epidemia de cólera de 1855-1856, é intitulada *Algumas considerações sobre a epidemia do cholera-morbus, oferecidas ao Srs. fazendeiros, pelo Dr. Lazzarini* (1855) e foi publicada pelo *Jornal do Commercio* (27 out. 1855, p. 2). Logo nas primeiras linhas, o médico destaca que os fazendeiros não deveriam mais confiar na consoladora ideia de que a serra era uma barreira que impedia a chegada das epidemias que recorrentemente assolavam o Rio de Janeiro. Portanto, os habitantes da região também deveriam seguir as medidas higiênicas aconselhadas pelo governo imperial e pelos chamados *homens da ciência*.

Nesta publicação, o médico italiano ainda ensina os fazendeiros a identificar as primeiras manifestações da doença e recomenda perguntar aos escravizados, pela manhã e à noite, se estão sentindo algum destes sintomas. Os cativos foram os mais vitimados durante esta epidemia, por isso havia uma preocupação em amenizar os efeitos da enfermidade no Vale do Paraíba fluminense, que concentrava grande número de população escravizada. Lazzarini também se colocou abertamente contra os práticos populares, que não possuíam autorização oficial para exercer as artes de curar, aos quais denomina de *charlatães*, por, segundo ele, se aproveitarem dos momentos de epidemia para tentar atrair a população e aumentar sua clientela.

Já a outra publicação, *Epidemia de Vassouras em 1881*, foi publicada em cinco partes, entre os dias 26 de março e 14 de maio de 1882, n' *O Vassourense* e refere-se à epidemia de febre amarela que, de janeiro a maio de 1881, foi devastadora na cidade (Teixeira, 1882). Este relatório escrito pelo médico José Maria Teixeira, enviado ao Vale do Café em comissão de saúde organizada pela Junta Central de Higiene Pública para auxiliar no combate à enfermidade reinante, como era de praxe em momentos de emergência sanitária, tinha o objetivo de descrever a epidemia enquanto ensinava a população a se precaver, para afastar o perigo de novos episódios epidêmicos.

Logo na primeira parte deste relatório, o médico Teixeira aponta que foi enviado a Vassouras não somente para atuar diretamente no combate à epidemia, mas com o objetivo de estudar as

causas e a sintomatologia da febre amarela e, com isso, emitir um juízo sobre o diagnóstico da moléstia, para indicar as medidas que considerava mais convenientes para atenuar os estragos provocados em Vassouras. Ele apresenta o que teria sido o caminho para a chegada da doença a um interior antes considerado salubre, estatísticas sobre enfermos e mortos, descreve os sintomas mais observados, confirmando que a moléstia reinante foi mesmo a febre amarela e não a chamada “febre remitente biliosa dos países quentes”, e os tratamentos aplicados pelos médicos que obtiveram êxito em seus resultados (Teixeira, 1882).

Após a publicação deste relatório, o médico Lucindo Filho usa as páginas d’*O Vassourense*, no qual era redator, para tentar construir uma nova opinião pública sobre Vassouras. A epidemia de 1881 provocou um esvaziamento da cidade, já que a parcela da população com maiores condições financeiras buscou refúgio nas áreas rurais, onde a moléstia ainda não tinha chegado. Lucindo Filho, então, empenhou-se em mostrar para seus leitores de toda a província do Rio de Janeiro que a cidade estava se reerguendo após este momento de calamidade, buscando recuperar sua característica de cidade salubre. Para isso, mesmo um ano após a epidemia, ainda havia preocupação do médico e de outros colaboradores do jornal em alertar as autoridades municipais para as questões de saúde pública e os modos mais eficazes para sua manutenção, dentro do discurso médico-científico predominante na época (Santos, 2012).

Já em Cantagalo, outro núcleo importante do Vale do Paraíba fluminense, encontramos dois médicos que estavam presentes tanto nos bastidores quanto nas páginas dos jornais: Herculano José de Oliveira Mafra e Joaquim Marques da Cruz. O mais interessante é que ocupavam lados opostos de uma disputa ideológica e comercial entre publicações. O primeiro era formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e trabalhava na freguesia do Santíssimo Sacramento, em Cantagalo, desde o final da década de 1850. Como médico, o trabalho de Herculano Mafra ficou marcado em Cantagalo, sendo ele denominado de “médico dos pobres”, inclusive ensinando a este público remédios caseiros para tratar de suas enfermidades. Mafra também ficou conhecido pelo combate à febre amarela na cidade (Proença, 2017).

Além de exercer sua profissão, Mafra ocupou vários espaços importantes na sociedade cantagalense. Ainda segundo o *Almanak Laemmert*, esteve presente na Câmara Municipal da cidade durante a década de 1860, como suplente de vereador; foi inspetor municipal de instrução primária nesta mesma década e superintendente de instrução pública no início dos anos de 1880; atuou como 1º suplente de juiz municipal e de órfãos nas décadas de 1870 e 1880; nos anos 1880, também foi vice-presidente da Casa de Caridade da Sociedade Maçônica Confraternidade Beneficente, além de médico nesta instituição.

Entre os anos de 1876 e 1880, o *Almanak Laemmert* indica o médico como editor responsável pelo *Correio de Cantagalo*, que iniciou as suas atividades em 1874. Publicado na cidade de Cantagalo, o jornal teve mudanças na linha editorial. Seu concorrente na cidade, *O Voto Livre*, segundo Álvaro Lutterback Dutra (2011), criticava a mudança na orientação do periódico, tendo sido ele republicano, liberal, da lavoura e comércio e, por fim, conservador. Até 1883, o *Correio de Cantagalo* foi responsável pela publicação das atas da Câmara Municipal cantagalense. E foi substituído nesta função justamente pelo *O Voto Livre*.

Entre suas publicações, o jornal *O Repórter* (26 mar. 1879) destacou o início de uma coluna no *Correio de Cantagalo*, na qual seria transcrito o livro do botânico João Barbosa Rodrigues, *Sertum palmarum*. Dessa forma a imprensa do interior estaria acompanhando a da Corte em relação à popularização e propagação dos conhecimentos científicos. É interessante também

pensar a inserção desta coluna durante o período em que o jornal teve um médico como seu editor responsável, juntamente com todo o contexto de afirmação social do pensamento científico, sendo a medicina uma das maiores interessadas neste processo. Os jornais, portanto, também eram um veículo de chegada de ideias e disseminação de novos costumes vindo dos grandes centros para este interior, principalmente através deste tipo de colunas ou das propagandas, que são um retrato dos modos de vida daquela sociedade.

O médico Herculano Mafra, enquanto ocupava o cargo de editor do *Correio de Cantagalo*, também foi correspondente do *Jornal das Famílias* entre os anos de 1877 e 1878, publicação que sucedeu a *Revista Popular*, que circulou entre 1859 e 1862. O *Jornal das Famílias* tinha como público-alvo as mulheres de classe média e alta, trazendo publicações sobre o que seriam os interesses domésticos da família brasileira: contos, poesias, romances, culinária, moda e higiene. Tudo o que, na época, estaria de acordo com as instruções específicas que as mulheres deveriam receber para consolidar seu esperado papel de mãe e esposa (Miranda, 2007). Cabia, assim, aos colaboradores do jornal transmitir os valores da “boa sociedade” em seus artigos, como também era interesse do Império na formação de uma nação considerada civilizada.

O outro médico presente na imprensa cantagalense foi Joaquim Marques da Cruz. Segundo o *Almanak Laemmert*, Cruz iniciou sua atuação neste interior fluminense na cidade de Santa Maria Madalena, na freguesia de São Francisco de Paula, entre os anos de 1867 e 1871. De 1874 até 1885, o último ano disponível desta publicação na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, ele esteve em Cantagalo. Em Santa Maria Madalena, também foi inspetor paroquial de instrução pública (1871) e 2º juiz de paz (1870-1871). Já em Cantagalo, ocupou o cargo de vereador, entre 1877 e 1880, e de suplente, em 1881 e 1882. Em 1878, também foi superintendente de instrução pública e em 1879 foi indicado vice-presidente da Casa de Caridade da Sociedade Maçônica Confraternidade Beneficente. E, em 1882, chegou ao posto mais almejado à época: fazendeiro. Observamos, a partir destas informações, que sua trajetória e a de Herculano Mafra foram muito semelhantes na região.

Segundo Álvaro Lutterback Dutra (2011), o médico era um dos responsáveis “morais” pela seção livre do jornal *O Voto Livre*. Mais uma vez, assim como Herculano Mafra no *Jornal das Famílias*, podemos considerar, a partir desta denominação, que o médico seguiu uma linha de publicação que também transmitia, em seu discurso, os hábitos que construiriam uma sociedade baseada no que era considerado “boa moral”. Tal como sua presença na instrução escolar, os médicos exerciam o papel de educadores também por meio das publicações e, desta forma, suas palavras alcançavam ainda mais pessoas. Os médicos, portanto, ganhavam cada vez mais espaços de atuação, porque a sociedade oitocentista proporcionou um ambiente fértil para as iniciativas que correspondiam e atendiam aos seus próprios interesses.

Como membros de corpos editoriais, estes médicos também produziram jornais específicos, cujo conteúdo era predominantemente voltado para a divulgação do conhecimento científico, inclusive de diferentes teorias, que circulavam entre seus pares ou até mesmo entre leigos. Segundo Luiz Otávio Ferreira (1999), os periódicos médicos que circulavam na Corte oitocentista foram “instrumentos fundamentais no processo e ampliação da audiência da medicina”, que “desencadeavam um processo de institucionalização da ciência no Brasil” (Ferreira, 1999, p. 332). E isto se deu quando a ciência passava a ser cada vez mais valorizada e, por isso, incorporada aos hábitos sociais, com as elites urbana e rural abertas a receber os conhecimentos que saíam dos limites acadêmicos e buscavam sua validação por parte da população. Na Hemeroteca

Digital da Fundação Biblioteca Nacional é possível encontrar exemplares destes periódicos, tais como os *Annaes Brasilienses de Medicina* (1850-1880) e a *Gazeta Médica da Bahia* (1860-1900), vinculados a duas das mais importantes instituições brasileiras de saber e poder médicos da época: a Academia Imperial de Medicina e a Escola de Medicina da Bahia.

Os jornais traziam em suas páginas as visões da sociedade de sua época ao mesmo tempo em que também ajudavam a construí-las. Quanto mais a população se identificasse com o discurso ali presente, mais fácil seria sua introdução nos costumes sociais. E com as concepções de saúde e doença não era diferente, ainda mais com os médicos ocupando também espaços na imprensa. Como dissemos, a imprensa era um palco de disputas de pensamentos. Assim como o século XIX, as páginas dos jornais eram repletas de possibilidades e pluralidades na área da saúde, ainda mais em épocas de epidemia. Ao mesmo tempo em que contribuía para as mudanças, os periódicos que circulavam na época acompanharam as transformações sociais.

Ao longo do século XIX, portanto, a imprensa foi palco de uma diversidade de opiniões, cada uma buscando o maior número de adeptos para conseguir ser socialmente aceita. Trazia em suas páginas disputas e negociações políticas, elementos culturais, crônicas e anúncios que se tornaram fontes históricas importantes, refletindo as dinâmicas sociais, assim como redes de relações entre diferentes setores, construídas na época, ao mesmo tempo em que também fazia parte delas. E nestas formas de marcar e ordenar os modos de narrar os fatos, os médicos encontraram mais um espaço para disseminar seu discurso e se aproximar da população, afastando-a dos costumes que desqualificavam e consideravam prejudiciais aos interesses políticos que buscavam atender.

Considerações finais

Os médicos, tanto nas escolas quanto através de publicações, se colocavam numa posição de referência, tomando para si o papel de explicar à população e de tranquilizá-la quanto à incorporação dos chamados bons hábitos, considerados adequados a uma nação civilizada que conseguiria, através dos preceitos higiênicos, prevenir ou amenizar moléstias recorrentes, grandes obstáculos para o desenvolvimento do Império brasileiro. Com isso, afirmavam seu lugar social, assim como o do conhecimento científico, que deveria ser seguido pela sociedade. A construção de uma nação baseava-se também no desenvolvimento de uma opinião pública coerente com os interesses e pretensões do Império. Assim, tanto o ambiente escolar como o papel da imprensa tornaram-se ferramentas importantes em meio a uma sociedade em transformação. E acompanhar as trajetórias de médicos que estiveram presentes nestes espaços nos possibilita entender os bastidores de todo este movimento, sendo eles também personagens ativos, que acompanhavam as dinâmicas sociais, reveladas por suas formas de agir e na condução das suas redes de contatos.

A chave metodológica escolhida para compreender este Vale do Paraíba fluminense da segunda metade do século XIX tem a história das elites, suas ações e relações sociais e econômicas como base de observação (Heinz, 2006). Pretendemos seguir aprofundando este estudo através da prosopografia, “investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas” (Stone citado em Heinz, 2006, p. 9), amparada por outros tipos de fontes primárias, tais como inventários e testamentos dos

médicos citados e de atores sociais a eles relacionados, que complementarão as informações iniciais trazidas pelo *Almanak Laemmert*. Isto nos auxiliará na compreensão de quais fatores externos e internos definiam os rumos das trajetórias dos médicos nesta região, localizando estes profissionais dentro do seu contexto e de uma tendência mais ampla que determinava a etiqueta que deveria ser seguida pelos membros deste grupo acadêmico e que ultrapassava os limites físicos do interior da província do Rio de Janeiro.

Apesar do diploma já destacar esses homens socialmente, ser médico, por si só, não era garantia de encontrar portas abertas em todos os lugares que procurassem para iniciar sua atuação profissional e nem garantia de sucesso nas demais áreas da sociedade oitocentista. Por isso, analisar o conjunto destas trajetórias, a partir dos nomes indicados no *Almanak Laemmert*, abrirá um panorama que nos permitirá compreender os motivos de determinado nome ter se sobressaído, mesmo seguindo tendências semelhantes do grupo profissional ao qual pertencia.

A partir do que foi aqui apresentado, observamos que estes médicos conseguiram, ao longo das décadas do século XIX, ocupar cada vez mais espaços na sociedade do Vale do Paraíba fluminense. Consideramos que o crescente contato direto com a população, principalmente com a elite, o sucesso nos atendimentos realizados, as estratégias profissionais e pessoais adequadas às dinâmicas sociais existentes, a construção de redes de contato fortes e influentes eram os principais elementos da receita que impulsionava estes médicos a exercer funções além da sua formação profissional. Como afirma Betânia Figueiredo (2002), “os médicos são, sem dúvida, uma referência nas suas respectivas cidades” (p. 218), e isto é uma tendência que observamos até hoje nas cidades do interior. Aventurar-se na política, inclusive, indicava que os médicos estavam bem adaptados e incorporados à sociedade, e isso significava desfrutar “de um amplo conhecimento dos assuntos da região” (Figueiredo, 2002, p. 218).

Além do capital social e financeiro, a aproximação dos médicos com importantes setores da sociedade do interior fluminense foi essencial na abertura dos caminhos para que ocupassem cargos políticos em diversas instâncias, como também nos apontou o *Almanak Laemmert*. Levantamos, então, a questão do clientelismo, tal como defende José Murilo de Carvalho (2014), para quem um auxílio inicial deveria ser retribuído com o apoio político. Juntamente com a defesa dos seus próprios interesses, os médicos carregavam consigo suas redes de sociabilidade, o que influenciava diretamente nas ações políticas desenvolvidas por eles, principalmente quando chegavam a ocupar lugares de destaque na política da Corte.

A partir das múltiplas funções exercidas pelos quase 570 médicos indicados pelo *Almanak Laemmert* ao longo das décadas de 1840 a 1880, conseguimos observar as similaridades nos modos inserção e atuação, compreendendo o quanto as redes de relações construídas por eles determinam e são determinadas pelos passos dados por estes médicos, conduzindo-os assim para caminhos diferentes. Acompanhar os modos de inserção tanto profissional quanto pessoal dos clínicos nos fornece uma “área privilegiada de observação histórica” (Heinz, 2006, p. 12), através da qual compreendemos as dinâmicas internas deste grupo, assim como seus modos de interação com os demais atores sociais. E isto acaba por revelar a importância e o modo pelo qual eram construídas as redes de contato, que faziam do Vale do Paraíba fluminense um espaço de características sociais singulares, desenvolvidas a partir da posição que passou a ocupar na economia e na política do Império.

Estimular o olhar sobre um grupo social, através do estudo de suas trajetórias, portanto, é muito eficiente em “dar visibilidade aos nexos existentes entre posição social, origem e formação

escolar” (Heinz, 2006, p. 11), com o objetivo de fazer a relação entre a presença dos médicos e a construção de um campo da saúde no interior fluminense, acompanhando a complexidade do social na época. Concluímos, assim, que o grupo médico, exercendo influências em diversas esferas da população, apresenta-se para a historiografia como uma possibilidade de investigação das estruturas sociais as quais pertenciam, ao mesmo tempo em que contribuíam para suas construções.

Fontes e referências bibliográficas

FONTES IMPRESSAS

- ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1844-1885 [“Almanak Laemmert”] (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).
- BRANDÃO, Alberto. *O Município*, 1873, p. 2 (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).
- COLLEGIO BRANDÃO. *O Município*, 11 maio 1878, p. 1 (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).
- COLLEGIO N. S. DO PATROCÍNIO. *O Vassourense*, 10 set. 1882, p. 4 (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).
- BRASIL. Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854 (Reforma Couto Ferraz). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 9 ago. 2021.
- LAZZARINI, Antônio. Algumas considerações sobre a epidemia do *cholera-morbus*, oferecidas aos Srs. fazendeiros pelo Dr. Lazzarini. *Jornal do Commercio*, 27 out. 1855, p. 2 (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).
- O CORREIO DE CANTAGALLO. *O Repórter*, 26 mar. 1879, p. 1 (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).
- PASSOS FILHO, Lucindo Pereira dos. Editais – O Vassourense. *O Vassourense*, 26 fev. 1882, p. 1 (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).
- TEIXEIRA, José Maria. Epidemia de Vassouras em 1881. *O Vassourense*, 26 mar. a 14 maio 1882 (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).
- UM NOVO COLLEGIO. *O Município*, 13 jan. 1878, p. 1 (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Eloy de. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Rio Gráfica e Editora, 1989.
- BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera: o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

- CORBIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michelle (org). *História da vida privada*. v. 4: Da revolução francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DANTAS, Rodrigo Aragão. *As transformações no ofício médico no Rio de Janeiro: um estudo através dos médicos oitocentistas (1840-1889)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.
- Disponível em: http://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/teste/Tese_Rodrigo_Arago_Dantas.pdf - Acesso em: 24 mar. 2021.
- DUTRA, Álvaro Lutterback. "O Conservador" x "O Voto Livre": a imprensa que fez história em Cantagalo. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura, 2011. Disponível em: https://issuu.com/thiagopetra/docs/alvaro_publicacao. Acesso em: 17 maio 2021.
- EDLER, Flávio Coelho. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 357-385, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/jkzw6Q98SLFLYKNkR3cbQPh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- FAURE, Olivier. O olhar dos médicos. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques, VIGARELLO, Georges. *História do corpo: da Revolução à Grande Guerra*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FERREIRA, Luiz Otávio. *Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-1843)*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 331-351, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/fkBC7bsDrmnWBQjVqYQPBVK/?lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2021.
- FERREIRA, Luiz Otávio. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, supl. 1, p. 93-107, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/gTSrVs3mYXZdQMy3gQLzxxN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2021.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- FREIRE, Jonis; CARULA, Karoline. Camadas populares e higienismo no Rio de Janeiro em fins dos anos 1870. In: VENANCIO, Giselle Martins; SECRETO, Maria Verônica; RIBEIRO, Gladys Sabrina (orgs.). *Cartografias da cidade (in)visível: setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2017.
- GABLER, Louise. Inspetor-Geral/Inspetoria-Geral da Instrução Primária e Secundária, 11 nov. 2016. Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/351-inspetor-geral-inspetoria-geral-da-instrucao-primaria-e-secundaria>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- GONÇALVES, Vanessa da Cunha. "O Imperador poderia tornar-se segundo Washigton si abdicasse da monarquia em prol do povo": O Novo Mundo e as relações entre Brasil e Estados Unidos na segunda metade do século XIX (1870-1879). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1989.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.
- GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EduERJ, 2004.
- HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites: à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- IMBERT, Jean-Baptiste Alban. *Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros, generalizado às necessidades medicas de todas as classes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: Divisão Cultural, 1963.
- LOTE, Karine Torres. *Entre barões, condes e viscondes: o cenário educacional na Vassouras oitocentista (1850-1889)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis 2013. Disponível em: https://www.aned.org.br/images/TrabalhosAcademicos/Diss_Karine_verso_definitiva_envio_Mariana.pdf. Acesso em: 9 ago. 2021.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. Introdução. In: TAUNAY, Carlos Augusto; MARQUESE, Rafael de Bivar (org.). *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.
- MIRANDA, Kátia Rodrigues Mello. "O Futuro" (1862-1863), "Jornal das Famílias" (1863-1878) e "A Estação" (1879-1904): três periódicos em que colaborou Machado de Assis. *Unesp – FCLAs – Cedap*, v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108012/ISSN1808-1967-2007-3-2-187-212.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 maio 2021.
- MOREL, Marco. *Imprensa periódica no século XIX*, s.d. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/imprensa/imprensa-periodica-no-seculo-xix/>. Acesso em: 17 maio 2021.
- PROENÇA, Anne Thereza de Almeida. *Vida de médico no interior fluminense: a trajetória de Carlos Eboli em Cantagalo e Nova Friburgo (1860-1880)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao_Anne_proenca.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.
- PROENÇA, Anne Thereza de Almeida. Uma casa que servia de hospital: a organização da assistência à saúde nos complexos cafeeiros do Vale do Paraíba fluminense (1840-1880). In: ESTEVES, Alexandra et al. *O hospital dos dois lados do Atlântico: instituições, poderes e saberes*. Braga: Lab2PT, 2021.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Resenha de "Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial", de José G. Gondra. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000300014>.
- SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX: senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SANTOS, Marcelo Monteiro dos. História e imprensa: o jornal Vassourense e a construção de uma opinião pública no Vale do Café, Vassouras (1882-1896). In: Encontro Regional de História da ANPUH-Rio, 15., 2012, São Gonçalo. *Anais...*, Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338509621_ARQUIVO_HistoriaImprensatextoparaanpuh.pdf. Acesso em: 11 ago. 2021.
- SHERIDAN, Richard B. *Doctors and slaves: a medical and demographic history of slavery in the British West Indies, 1680-1834*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- SILVA, Eduardo. O barão de Paty do Alferes e a fazenda de café da velha província. In: WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda, barão de Paty de Alferes. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*: com referencial especial ao município de Vassouras. São Paulo: Brasiliense, 1961.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. MARQUESE, Rafael de Bivar (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda, barão de Paty de Alferes. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.

Recebido em agosto de 2021

Aceito em outubro de 2021